

Como Vai a Saúde Mental no Contexto do Trabalho? Revisitando o Percorso e o Discurso da Produção científica internacional

CLEDINALDO APARECIDO DIAS
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UNB)
cledinaldodias@yahoo.com.br

PABLO PERON DE PAULA
pabloperon@hotmail.com

KARLA VELOSO COURA
karlaveco@bol.com.br

Como Vai a Saúde Mental no Contexto do Trabalho? Revisitando o Percorso e o Discurso da Produção científica internacional

1. INTRODUÇÃO

O mundo do trabalho é um espaço plural. Uma categoria ampla, difusa e complexa que ocupa um lugar privilegiado ao abrigar grande parte da atividade humana. Sua amplitude e dualidade congregam um conjunto de antagonismos sociais, políticos, econômicos e culturais, fatos que amplia cada vez mais a dinâmica dos estudos referentes às relações do homem no trabalho. Diferentes ciências, sob diferentes focos de análise, penetram nessa relação com o objetivo de desvelar a intrincada rede que a tece.

O trabalho apresenta-se como elemento essencial da vida do ser humano fornecendo não apenas renda, mas também um senso de engajamento, autonomia, identificação e estimulação física e mental (Noh, Park, Kim &Kwon, 2015). Esse conjunto de fatores faz desse campo científico uma área suficientemente capaz de acolher diferentes aproximações e compreender uma variedade de estudos de grande relevância (Minayo-Gomez &Thedim-Costa, 1997).

Ao contemplar o trabalho sob o foco da saúde do empregado verifica-se um vasto número de estudos, que em diferentes países e sob diferentes perspectivas, ideologias e paradigmas tentam preencher as lacunas que insistem em existir. A saúde do trabalhador parte da concepção de que saúde é um processo e não um estado, onde o mais importante é o ser humano, visto como alguém habilitado a interferir naquilo que lhe causa sofrimento. As possibilidades de ação ou intervenção na realidade remetem aos contextos de vida, especialmente ao trabalho e, no interior dessa esfera, à organização do trabalho, divisão das pessoas e das tarefas, divisão do poder de intervir nos contextos de trabalho de modo a torná-los articulados ao processo de saúde (Paparelli& Oliveira, 2011).

Em se tratando de saúde mental esse campo torna-se ainda mais complexo e sujeito a muito mais conflitos interpretativos e críticos. Tratar a subjetividade, as psicopatologias e os traumas advindos do trabalho é para muitos um assunto ainda muito delicado para se envolver. Amarante (2007) atenta para necessidade de captar a complexidade que este campo exige, uma vez que quando se pensa em saúde mental apenas pela direção classificatória na grande área da saúde, percebe-se que o modelo dualista-racionalista não é suficiente para a sua compreensão.

Para aprofundar o entendimento sobre a relação saúde mental e trabalho este artigo tem como objetivo identificar e discutir a produção científica internacional na área nos últimos cinco anos, de forma a apresentar uma agenda de pesquisa para essa temática. A estrutura do trabalho abrange, além dessa introdução, um recorte teórico apresentando uma reflexão acerca dos significados do trabalho e da saúde mental no contexto organizacional. Em seguida, descreve a metodologia utilizada para realizar a pesquisa, os resultados encontrados e a análise destes. Junto aos resultados são apontadas as limitações da pesquisa e uma proposta de agenda para estudos futuros. Por fim são apresentadas as conclusões advindas do estudo.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 O significado do trabalho: reflexões acerca da evolução do homem no trabalho

Os estudos sobre o mundo do trabalho e as articulações do homem em seu contexto e vínculos sociais perpassam, ao longo dos tempos, um vasto campo de perspectivas e olhares, implicando em uma diversidade de análises. No contexto organizacional, os estudos clássicos

voltados para o caráter econômico e de formação de capital vão aos poucos sendo interpelados por estudos de natureza política, social e psicológica que gradativamente ganham espaço nas preocupações organizacionais e acadêmicas. Tal fato incita o levantamento de questões que instigam a dinâmica do trabalho e seu contexto.

A história do trabalho é marcada por diferentes fases e a sua evolução é escrita sob diferentes recortes longitudinais. Creery (1944) traça esse percurso desde o homem primitivo que tinha na caça o maior esforço para sua sobrevivência. Essa fase evolui para o período das colônias e o cultivo agrícola sumariza um novo conceito para o trabalho. Na sequência o autor aponta o período artesanal, que conta com a participação feminina em atividades fora do lar. Mas, é no período da industrialização, marcado pela Revolução Industrial, pelas mudanças nos processos produtivos e pelo desenvolvimento econômico, que se registra as profundas transformações no trabalho. Neste período despontam uma infinidade de estudos sobre o trabalho e o homem em sociedade.

A partir da Revolução Industrial dá-se também a expansão do processo de urbanização. Grandes concentrações de trabalhadores são vinculadas a uma mesma atividade em condições de trabalho precárias, opressivas e injustas, submetidos a pesados jugos. Dias (1983) menciona que para os empresários da época o preço do trabalho era o mínimo suficiente para garantir sua sobrevivência, o que constituía uma vantagem num momento em que a miséria era característica comum a todas as sociedades. Neste período, a preocupação com a gestão das fábricas faz emergir estudos que organizem os processos produtivos e as estruturas organizacionais. A proposta de administração científica de Taylor (1990) e os princípios de administração de Fayol (1994) se voltam para a intensificação racional do trabalho e o alcance da eficiência produtiva. O trabalhador é visto como parte das engrenagens que modulam a tecnologia da época.

A exploração desenfreada de um grande contingente de pessoas foi responsável pelo desencadeamento de movimentos sociais de proteção dos trabalhadores, dando início ao declínio da idéia de poder irrestrito do empregador sobre o empregado. Vianna (1991) menciona que com a promulgação das primeiras leis que regulam as condições de trabalho e os direitos dos trabalhadores, emerge a necessidade de uma organização do trabalho voltada não apenas para o processo produtivo, mas também para os “recursos humanos” que compõem as organizações. Assim, na perspectiva de melhorar as condições de trabalho os resultados do clássico experimento de Hawthorne levam as organizações a se ocuparem com os aspectos humanos do trabalho industrial. Pyöriä (2007) menciona que além de criticar a percepção mecanicista prevalente do trabalho manual, exemplificada pelos princípios de administração científica, os estudos do experimento mostraram como padrões formais e informais de interação, isto é, hierarquias visíveis e relações sociais latentes entre trabalhadores, são igualmente cruciais para as organizações. A relação do homem no trabalho passa a ser então desvelada por diferentes áreas do pensamento científico.

Historicamente, identifica-se que a contribuição da psicologia na articulação homem e trabalho partem de uma perspectiva racional e reducionista, muito influenciada pelo pensamento positivista do final século XIX. De acordo com Trindade e Costa (2010), no Behaviorismo identifica-se uma negação à subjetividade por ser esta abordagem muito influenciada por concepções mecanicistas. Com a evolução dos estudos, novos entendimentos passam a fomentar o arcabouço teórico das relações homem e trabalho, partindo para uma maior aproximação da dimensão subjetiva e singular do sujeito. Holz (2013) sintetiza as formas de apropriação psicológica das questões engendradas pelo trabalho em: cognitiva, social e clínica. A cognitiva se endereça ao ambiente de trabalho e à atividade; a social se volta para as representações e identidade social, estruturas de poder e processos organizativos e a clínica auxilia ações individuais e coletivas diante das diversas situações de vulnerabilidade no trabalho.

Os avanços dos estudos da relação homem e trabalho se voltam também para identificar as motivações, expectativas e frustrações do sujeito, fato que implicará nos sentidos do trabalho. Conforme Tolfo e Paccinini (2007) o sentido do trabalho é compreendido como parte da realidade social construída e reproduzida pelo trabalhador, por meio da interação com diferentes variáveis pessoais e sociais, que influenciam as ações das pessoas e a natureza da sociedade num dado momento. Na psicologia organizacional, quando se fala em trabalho está se falando de motivação, envolvimento, comprometimento, aprendizagem, socialização, satisfação, qualidade de vida, mas também de estresse, depressão, irritabilidade e insatisfação, dado os diferentes significados que o trabalho assume. Para Morin (2001) o trabalho exerce influência considerável sobre a motivação dos trabalhadores, assim como sobre sua satisfação e sua produtividade. Dessa forma, compreender os sentidos do trabalho é um desafio importante para os administradores, tendo em vista as múltiplas transformações que têm atingido as organizações e o mundo do trabalho. O que caracteriza o trabalho no final do Século XX é que ele se torna global. No âmbito da fábrica criada com a nova divisão internacional do trabalho, colocam-se novas formas e novos significados. São muitas as mudanças, qualitativas e quantitativas que afetam, além dos arranjos e a da dinâmica das forças produtivas, a composição e a ordem da classe operária. Na medida em que avança a globalização do capitalismo rompem-se os quadros sociais e mentais de referência estabelecidos com base no emblema da sociedade nacional. Tudo o que continua a ser local ganha novos significados, a partir da superação dos limites geográficos pelas tecnologias e do vislumbrar de novos horizontes abertos pela emergência da criação de uma sociedade global (Ianni, 1994).

Identifica-se, portanto, que o trabalho não é apenas uma atividade; ele é, também, uma forma de relação social, que se desdobra em um mundo humano caracterizado por relações de desigualdade, de poder e de dominação (Dejours, 2004). Corroborando com essa idéia Oliveira, Piccinini e Silveira (2010) apresentam que o trabalho é percebido como categoria essencial na vida dos sujeitos, uma vez que, muito mais do que dimensão financeira e econômica indispensável para a satisfação e realização de necessidades materiais, ele permanece como elemento de integração. Ao funcionar como uma forma de regulação social, o trabalho organiza o tempo e o espaço das atividades da vida dos indivíduos, tornando-se um elemento fundamental na constituição da condição humana, ao ser um fator determinante da experiência do indivíduo na integração social e realização pessoal, bem como um legitimador das diferentes fases da vida.

2.2 Saúde mental no contexto organizacional: prazer e sofrimento no campo do trabalho

Temática de diversas áreas de conhecimento a saúde do trabalhador é definida por Minayo-Gomez e Thedim-Costa (1997, p. 25) como “um corpo de práticas teóricas interdisciplinares e institucionais, desenvolvidas por diversos atores situados em lugares sociais distintos e informados por uma perspectiva comum”. A prerrogativa desse conceito é registrada no início do século XX, com os estudos sobre higiene industrial e ergonomia, fortalecidos pela engenharia de segurança do trabalho. No campo da saúde pública registra-se a iniciativa de construção de escolas de medicina preventiva, configurando um novo modelo de interdisciplinaridade e multiprofissionalidade à saúde ocupacional. Assim, a saúde ocupacional nasce sob a égide da saúde pública com uma visão bem mais ampla do que o modelo original da então medicina do trabalho (Frias Júnior, 1999). De acordo com Tambelini (1985) a área de saúde do trabalhador busca se envolver e dar conta do entendimento dos fatores que afetam o bem estar do empregado e seus familiares, independente da procedência, das consequências e da ação desses fatores (doenças) sobre a população e das diferentes maneiras de atuar sobre estas condições.

A visão multidisciplinar e multiprofissional na concepção da saúde ocupacional favoreceu o avanço dos estudos sobre o homem no trabalho nos diferentes campos de estudos. Assim, a preocupação com a saúde mental passa a compor a pauta das responsabilidades das organizações, permitindo novas interpretações para a racionalidade do trabalho e a subjetividade humana. É ainda na década de 1920 que se registram os primeiros trabalhos contemplando a articulação saúde mental e trabalho, quando estudiosos dos Estados Unidos começam a documentar atividades agrupadas sob o título de Saúde Mental Ocupacional e analisar a subjetividade em articulação com o labor. A ação efetiva dessas atividades agrupava assistência psicoterápica aos trabalhadores, ficando as condições de trabalho e sua organização tomada apenas como retaguarda dos problemas que demandavam essa assistência. Por trás do interesse e cuidado, o cálculo dos custos e os benefícios para a produtividade eram fortes argumentos para a oferta da psicoterapia (Sato & Bernardo, 2005).

As questões ligadas ao sofrimento mental no trabalho, suas causas e conseqüências têm sido crescente objeto de estudos, principalmente pelas altas incidências e prevalências nos ambientes laborais, trazendo sérios prejuízos ao desempenho profissional do trabalhador e perdas econômicas para o empregador, além dos custos macro-econômicos (Camargo & Neves, 2004). Vasconcelos e Faria (2008) articulam que o aumento do número de registro de doenças relacionadas ao trabalho instiga a investigação da relação entre o surgimento de doenças, a organização do trabalho e as modificações nas relações sociais de produção, principalmente a partir da década de 1970.

A organização do trabalho pode apresentar-se como fator de fragilização mental, sejam pelas condições de trabalho, sejam pelas pressões decorrentes da organização do trabalho (divisão das tarefas, repetição, cadência, hierarquia, comando, controle). Nessa perspectiva as condições de trabalho têm como alvo o corpo, enquanto que a organização do trabalho atinge o funcionamento psíquico, desenvolvendo agravos psicológicos e psicossomáticos, advindos da relação de prazer e sofrimento que permeia o espaço laboral (Dejours, 2004). Prazer e sofrimento erigem em uma dialética que ora é enaltecida pelo prazer da realização, ora é anatomizada pelos sintomas, doenças, traumas e desgostos. Dejours e Mello-Neto (2012) articulam o prazer e sofrimento sob o prisma do zelo do trabalho pelo trabalhador. Enquanto o prazer se vincula à realização da tarefa a partir da capacidade da invenção, o sofrimento se reporta à incapacidade dessa realização, tal fato os torna indissociáveis.

Sob o império das novas formas de organização do trabalho possuir o perfil ideal do cargo torna-se desejo pessoal do sujeito. O abandono das suas próprias realizações conduz uma carreira distante do real do sujeito, que se identifica cada vez mais com o trabalho e cada vez menos consigo. Na perda da identidade, o homem não suporta seu próprio abandono e somatiza suas angústias e desprazeres. Assim, o sofrimento mental encontra uma saída no corpo para negligenciar a mente. Éno corpo-orgânico, indissociável do corpo-sujeito, que o trabalhador revela os sintomas, negligencia a dor e exprime o sofrimento. O corpo que padece os sintomas reflete a saúde mental do sujeito, marcada pelas diversas manifestações do mal estar no trabalho, incluindo doenças físicas, transtornos e alterações mentais e psicossociais (Holz, 2013). Os distúrbios psíquicos relacionados ao trabalho freqüentemente deixam de ser reconhecidos como tais no momento da avaliação clínica. Entre outros motivos justificam-se as características dos distúrbios psíquicos, regularmente mascarados por sintomas físicos, bem como a complexidade inerente à tarefa de definir claramente a associação entre tais distúrbios e o trabalho desenvolvido pelo paciente (Glina, Rocha, Batista, & Mendonça, 2001).

O sofrimento psíquico no trabalho é uma agressão ao trabalhador, uma violência social velada pela necessidade subjetiva de realização e autonomia. O cumprimento da máxima “o trabalho dignifica o homem” impera outras conotações. Muito pelo contrário, identifica-se por vezes a depreciação do sujeito do trabalho, tornando-o indigno, desprezado, alienado e frustrado. Nessa depreciação, o homem é condenado a encontrar suas saídas. Ele desenrola

seus mecanismos de defesa psicológicos que lhe darão recursos para lidar com a necessidade de permanecer no trabalho mesmo que aviltado.

3. METODOLOGIA

Com o intuito de identificar e analisar as publicações científicas que perfazem o tema saúde mental e trabalho utilizou-se como recurso metodológico a bibliometria. De acordo com Leite Filho (2008) este recurso é um conjunto de metodologias de pesquisa oriundo das Ciências da Informação que utiliza da análise quantitativa para explorar o delineamento de uma área científica. De caráter bibliográfico, a construção do estado da arte aqui elaborado, se propõe a mapear e discutir a produção científica no campo em análise, na tentativa de responder quais aspectos e dimensões vem sendo destacados e privilegiados nos últimos cinco anos (Ferreira, 2002).

Para atingir os objetivos prepostos foram selecionados artigos publicados em periódicos científicos internacionais, disponíveis na base de dados *proquest* de pesquisa, estabelecendo um corte de cinco anos de publicação, seja o período de 2012 a 2016. Sendo o tema abordado transversalmente por diferentes áreas científicas a amplitude da base de dados permitiu a identificação da produção científica nos diferentes campos do conhecimento.

A busca dos artigos deu-se a partir da combinação de palavras chaves como “*mental health and work*”; “*mental heath and labor*” e “*labor and mental sickness*”, sendo que o artigo a ser analisado deveria mencionar as palavras “*labor*” ou “*work*” como assunto principal e as palavras “*mental heath*” ou “*mental sickness*” em qualquer parte do texto. A incidência de trabalhos voltados para a área de medicina obstetrícia condicionou a eliminação de 31 artigos que contemplavam os termos gravidez, trabalho de parto, cesariana, pós-parto e pré-natal. Após esta etapa foram selecionados 113 textos completos de periódicos acadêmicos, publicados em inglês e revisados por especialistas. Na sequência, após a leitura dos artigos, a amostra foi refinada eliminando artigos que tivessem pouca aderência à centralidade do tema. Nessa etapa foram selecionados 71 artigos, todos submetidos à análise de 8 dimensões textuais conforme demonstrado no Tabela 1.

Tabela 1

Critérios de classificação dos artigos

Dimensões de análise	Descrição
Ano	Ano em que o artigo foi publicado.
Periódico	Periódico da publicação.
Procedência dos trabalhos	País de origem dos pesquisadores.
Área de concentração	Área em que o trabalho estava vinculado.
Tipo de artigo	Teórico ou empírico.
Nível de análise	Individual, em grupo, organização ou país.
Procedimentos metodológicos	Metodologia qualitativa ou quantitativa, técnicas de coleta e análise dos dados.
Temáticas tratadas	Temáticas de maior relevância no escopo do texto.

A leitura dos artigos possibilitou a identificação de 130 variáveis de análise que seriam avaliadas quanto a sua ocorrência ou não no artigo. Essas variáveis assumiam valores dicotômicos de 1, quando da sua presença no conteúdo do artigo e de 0, quando da ausência. Atenta-se que para uma mesma dimensão de análise, dependendo da característica do artigo, mais de uma variável poderia ser escolhida.

Para compreender como as diferentes temáticas se relacionam, o tratamento dos dados foi realizado por meio da análise de redes (*network analysis*) onde cada temática foi considerada um “ator” dentro da rede. De acordo com Wal e Boschman (2009) as redes

apresentam-se como uma conceituação adequada da interação e dos fluxos de conhecimento podendo ser vistas como uma ferramenta promissora para direções futuras na pesquisa. Scott (2015) acrescenta que a estrutura de rede surge dos laços ou conexões de similaridades e da reciprocidade entre os atores que compõem a rede, neste caso das temáticas tratadas.

A fase de análise dos dados utilizou-se dos softwares UCINET 6.171 e Netdraw 2.065. Estes softwares permitiram a identificação da centralidade dos temas, ou seja, o quanto uma temática está centralizada em relação às demais da rede. Assim, foram utilizadas as medidas de centralidade com a finalidade de: a) De grau (*Degree*): identificar o número de conexões de um ator com os demais atores da rede, refletindo seu nível de relações. Os atores que exibem muitas relações tendem a ocupar posições proeminentes na rede (Cadima, Ojeda & Monguet, 2012); b) De intermediação (*Betweenness*): para identificar o número de vezes que um ator precisa de um outro ator para alcançar um terceiro; ou seja, um ator funciona como elo de variáveis não conectadas (Bez, Faraco, & Angeloni, 2011); e c) Geodésica (*Eigenvector*): para identificar o ator mais influente na rede. Essa medida analisa o número mínimo de relações que separam duas temáticas quaisquer na rede (Mesquita et al, 2008; Oliver e Ebers, 1998).), atentando para o fato de que é uma medida de influência para um nó de relações que depende tanto do número quanto da qualidade de suas conexões (Koohborfardhaghighi e Kim, 2012).

4. RESULTADOS

Atendendo o objetivo proposto de identificar e discutir a produção científica internacional sobre saúde mental e trabalho, publicados no portal de periódicos *Proquest* nos últimos cinco anos, esta sessão relata os resultados da pesquisa. No que tange à evolução dos estudos identifica-se certa instabilidade da produção científica no período. Identifica-se que depois de uma queda em 2014 o ano de 2015 apresenta-se como expoente na produção acadêmica do período, acumulando 31% dos trabalhos. No entanto, em 2016 novamente os estudos são reduzidos, embora mantenha tendência positiva.

Quanto aos locais de publicação, identifica-se uma concentração de 22% dos artigos no periódico americano *PLos One*, 15% no dinamarquês *Nordic Journal Working Life Studies* e 7% no *BMC Public Health*, de Londres. O *Policy and Practice in Health and Safety* e o *Scandinavian Journal of Work* apresentaram frequência de 5% cada, enquanto o *Journal of Environmental and Public Health* e *Journal of Occupational Rehabilitation* 4%. A Figura 1 evidencia que 63% das publicações estão concentradas em 7 *journals*. Atenta-se para o fato de que dos periódicos que predominam as publicações dois deles (*PLosOne* e *J. of Occupational Rehabilitation*) têm como foco principal as ciências médicas. Os demais se envolvem com saúde e segurança pública, estudos ambientais e saúde e segurança ocupacional. Apenas o dinamarquês *Nordic Journal Working Life Studies* tem como subáreas de admissão assuntos referentes a negócios, economia e relações de trabalho.

Os resultados evidenciam uma ausência de estudos que perpassam a saúde mental no trabalho em periódicos internacionais de administração e gestão. Em um momento onde temáticas como estresse (Enshassi & Al Swaity, 2015), depressão (Ramos, Su, Lander & Rivera, 2015; Sui et al, 2014), *burnout* (2013) e ideação suicida no trabalho (Han et al, 2016), são apontadas como grandes males do século XXI, é curioso a administração dar tão pouca atenção a fenômenos dessa natureza.

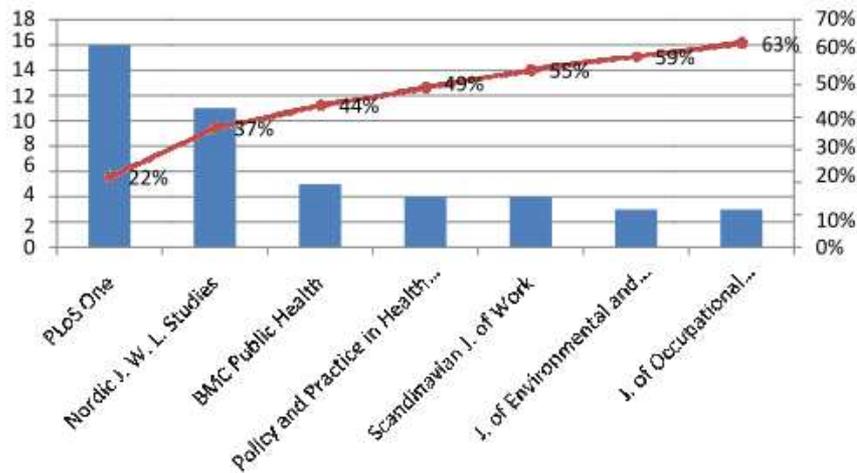


Figura 1: Participação dos diferentes periódicos na divulgação do campo.

No que tange às áreas de convergência dos estudos, Figura 2, verifica-se que, embora as publicações incidam significativamente nos periódicos das ciências da saúde, 45% das temáticas tratadas volta-se para elementos de natureza sociológica, abordando aspectos como Desemprego, Minorias Sociais, Contexto Socioeconômico, Marginalização, Discriminação, Diferenças de Gênero, Inclusão Social, entre outros. Tal fato pode ser explicado pela preocupação dos autores em relação aos reflexos da saúde mental no contexto social.

As áreas de administração e economia respondem por 56% dos tópicos tratados. Na administração foram identificadas temáticas voltadas para Competitividade, Produtividade, Controle e Poder nas Organizações, Rotatividade de Pessoal, Capital Humano, Gestão de Conflitos, Competências e Clima Organizacional. Já sob um foco mais econômico foram classificados trabalhos orientados para o Contexto Socioeconômico, Mercado de Trabalho, Desemprego, Empregabilidade, Políticas Públicas, Sistemas de Pensão e Aposentadorias. Também expressiva, com 21% do total das publicações, a área da psicologia agrupou artigos que tratavam sobre Agravos Psicológicos, Atitudes e Comportamentos Coletivos, Prestígio Ocupacional e Assédio Psicológico.

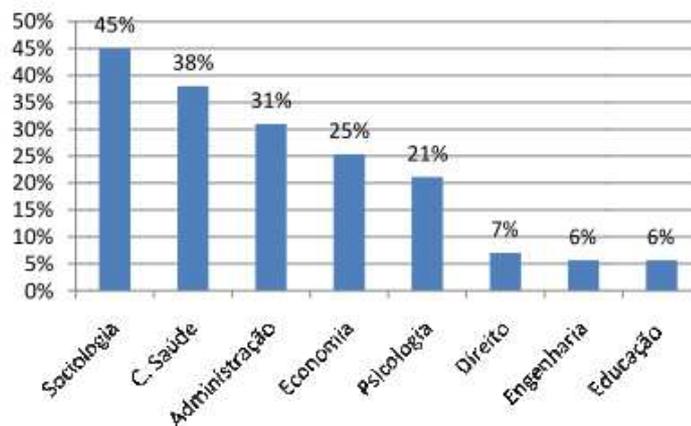


Figura 2: Áreas de convergência dos estudos.

Em se tratando dos aspectos metodológicos, a Figura 3 ilustra os tipos, técnicas e métodos de análise realizados. O agrupamento azul demonstra a predominância da pesquisa quantitativa, tal fato pode ser explicado pela pujança do paradigma funcionalista, que se volta

para explicações essencialmente racionais de assuntos sociais, se envolvendo com a efetiva regulação e controle dos fenômenos sociais (Burrell & Morgan, 1979). Entre as técnicas de coleta de dados destacam-se, em vermelho, os *Surveys*, naturalmente explicado pela maior ocorrência de pesquisas quantitativas. Entre as demais técnicas de coleta de dados constam entrevistas (18%), levantamento bibliográfico (15%), grupo focal (8%) bola de neve e observação (4% cada) e pesquisa documental (3%). Como técnica de análise, em verde, a pesquisa descritiva (66%) apresentou-se com a mais usada, uma vez que agrupa tanto a quali quanto a quantitativa. As pesquisas quantitativas utilizaram-se mais frequentemente da estatística inferencial (27%), a regressão logística (21%), a regressão linear (8%) e a análise de sensibilidade (6%). Para as análises qualitativas a análise de discurso (7%) e a análise de conteúdo foram as técnicas predominantes.

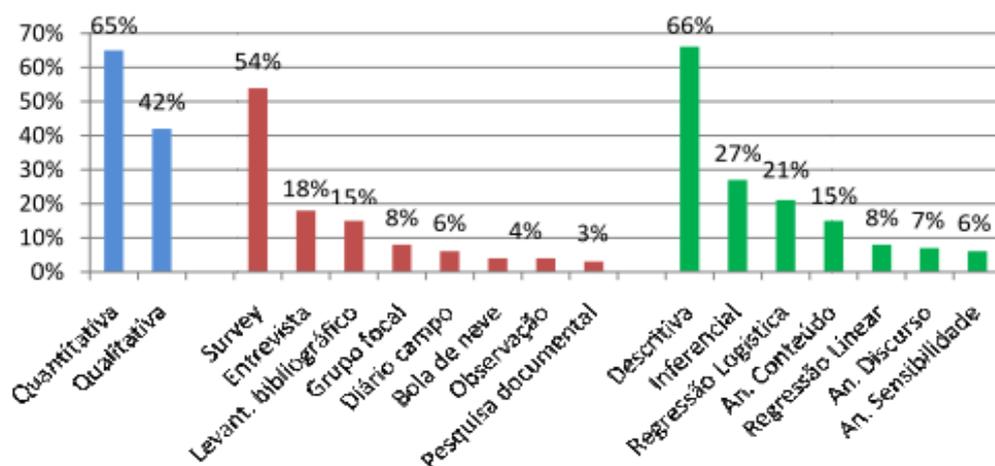


Figura 3: Aspectos metodológicos: tipos, técnicas e métodos de análise.

A Figura 4 demonstra, na cor preta, que 87% dos trabalhos têm a participação de pesquisadores Europeus, especialmente da Dinamarca, Suécia e Inglaterra. A atuação da América do Norte, marcada pelos Estados Unidos, é responsável por 64% de toda a produção do continente. Verifica-se tímida participação da África, Oceania e América do Sul, nesta última apenas um trabalho publicado numa parceria Brasil, Estados Unidos e Canadá. Na cor azul são identificados os tipos de trabalhos realizados, onde 82% foram empíricos, o que denota uma preocupação dos estudiosos em conhecer melhor a realidade e os diversos fenômenos que permeiam o campo. Agrupados em amarelo, os níveis de análise demonstram que 4% foi tratada em nível individual, 63% com grupos de profissionais, 13% em organizações e 20% em nível de País, estes em sua maioria estudos longitudinais e de coorte. Dos trabalhos realizados 75% tiveram como objetos de análise (agrupamento verde) trabalhadores diversos, fossem estes rurais, urbanos, autônomos, homens, mulheres, idosos ou crianças. O trabalhador infantil foi avaliado em países com frágil legislação trabalhista como Índia (Dawn, 2013) e Nigéria (Omokhodion, 2015; Caidi, Komlodi, Abrao & Martin-Hammond, 2014).

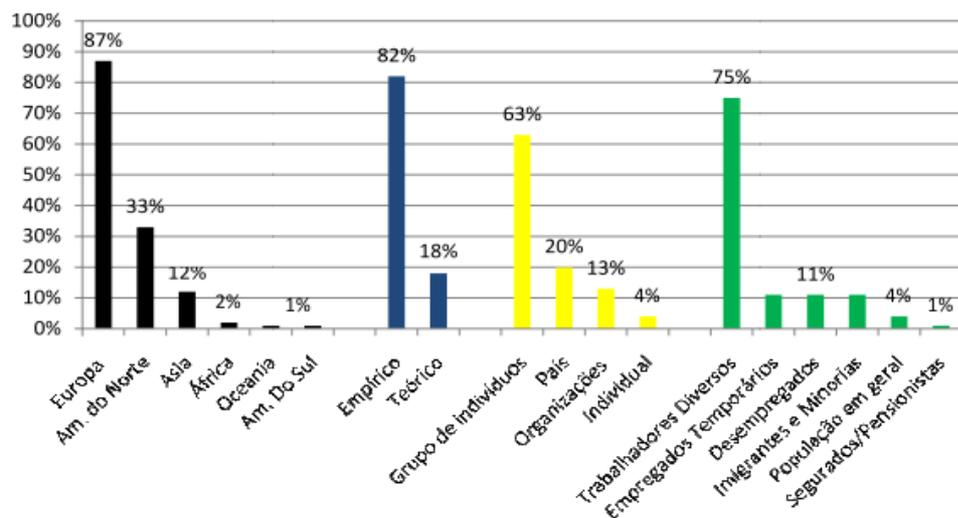


Figura 4: País dos pesquisadores, tipo de artigo, nível e objeto de análise das publicações.

Quanto aos conteúdos tratados foram identificadas 42 temáticas, onde 46% dos artigos versavam sobre Contexto Socioeconômico. Na sequência registram-se os estudos voltados para a temática Saúde e Bem Estar, mencionada em 41% dos trabalhos analisados. Ambiente de Trabalho e Saúde e Segurança apresentaram frequência de 35%, seguidas de Políticas Públicas (34%), Mercado de Trabalho (31%), Agravos Psicológicos (27%), Empregabilidade e Saúde Pública (21%) e Desemprego e Relações de Trabalho (20%), Figura 5. Observa-se a predominância de estudos voltados para a análise do contexto socioeconômico, identificando que os reflexos da relação saúde mental e trabalho suscitam preocupações que transcendem a questão médica. Os artigos que despontam nas discussões se abstêm de tratar os aspectos de frequência, descrição ou sintomas das doenças mentais no trabalho, mas fundamentam-se em investigar os reflexos destas no ambiente.

As temáticas que assumiram valores inferiores a 20% referem-se a artigos que tratam de assuntos menos generalistas e estreitam os temas abordados. Assuntos como Regulação do Trabalho e Marginalização (8%), Morbidades, Atitudes Integrativas, Comportamento Coletivo e Retorno ao trabalho (7%, cada) e Imigração, Inclusão Social e Licença Prolongada (6%), apresentam baixos índices de discussão, além de outros temas que assumiram valores inferiores a 5%.

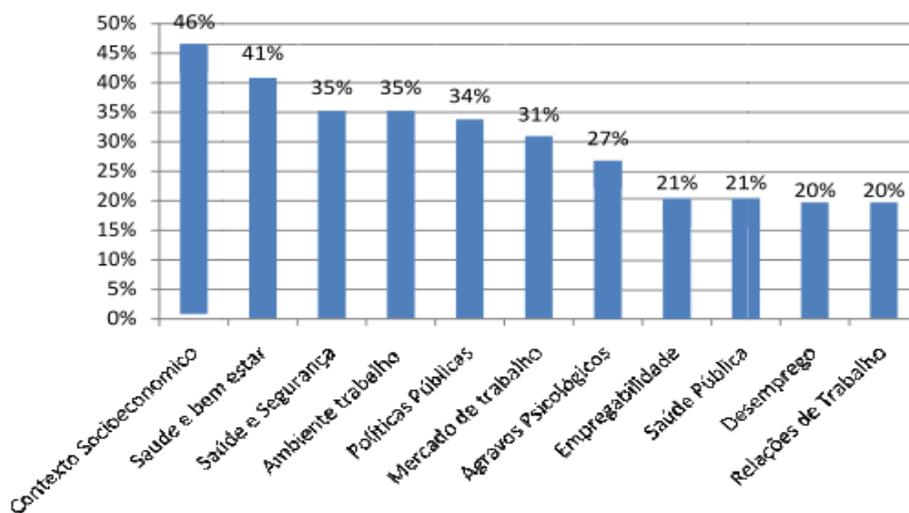


Figura 5: Temáticas dos escopos dos artigos

Por ser o tema Saúde Mental e Trabalho um assuntos de grande abrangência, tratado à luz de diferentes ciências, verifica-se uma grande dispersão nos assuntos dos artigos, fato que pode ser mais bem explicado por meio da análise do poder relacional das temáticas.

4.1 Análise da centralidade do poder

A análise do poder relacional permite conhecer os relacionamentos diretos e indiretos que ligam uma temática a outra, possibilitando mapear e identificar as intrincadas relações que perpassam o campo de estudos sobre saúde mental e trabalho. Verifica-se, na Tabela 2, a existência de temáticas com graus de centralidade ora muito altos, ora muito baixos. Assim, Contexto Socioeconômico (90,244), Saúde e Segurança (85,366), Ambiente de Trabalho (82,927), Saúde e Bem Estar e Empregabilidade (78,049) e Mercado de Trabalho (75,610), Políticas Públicas (68,293) e Agravos Psicológicos (68,293) apresentaram-se como as temáticas com maior número de relacionamentos na rede, ou seja, aquelas que mais influenciam o campo de estudos. Clima Organizacional (9,756) e Assédio Psicológico (7,317) apresentaram-se como temáticas que pouco influenciaram os estudos nos últimos anos. Chama a atenção o Assédio Psicológico ter apresentado grau de centralidade baixo, uma vez que desde 2012 a violência psicológica vem sendo investigada como uma ação patológica (Arnejcic, 2016).

Tabela 2
Poder relacional das abordagens teóricas

Temáticas abordadas	Medidas de Centralidade			Temáticas abordadas	Medidas de Centralidade		
	Graus	Intermediação	Geodésica		Graus	Intermediação	Geodésica
Mais expressivas				Menos expressivas			
Contexto Socioeconômico	90,244	7,232	36,078	Retenção no trabalho	26,829	0,246	12,710
Saúde e Segurança	85,366	8,437	33,685	Imigração	24,390	0,107	12,080
Ambiente trabalho	82,927	6,375	33,379	Flexissegurança	21,951	0,007	12,572
Saúde e bem estar	78,049	4,917	32,592	Trabalho infantil	17,073	0,012	8,649
Empregabilidade	78,049	4,327	32,554	Rotatividade	14,634	0,000	7,351
Mercado trabalho	75,610	3,043	32,639	Sistema Sócio-técnico	14,634	0,000	7,424
Políticas Públicas	68,293	2,867	29,008	Clima Organizacional	9,756	0,000	5,548
Agravos Psicolog.	68,293	3,684	29,695	Assédio Psicológ.	7,317	0,000	4,142

Adotando o conceito de centralidade geodésica foi observada distância média de 20.170. Considerando que quanto maior o grau de centralidade geodesica de um conceito maior será o seu poder na rede, dado à extensão dos seus cotatos, as temáticas Contexto Socioeconômico (36,078), Saúde e Segurança (33,685), Ambiente de trabalho (33,379), Saúde e bem Estar (32,592) e Mercado de Trabalho (32,639) apresentam-se como vetores conectivos centrais dos estudos que perpassam a produção no período, conforme Tabela 2.

Com relação à centralidade de intermediação, que calcula o quanto uma temática atua como “ponte” de uma rede, verifica-se que a temática Saúde e Segurança assume a maior

expressividade (8,437) nos estudos, destacando-se pela primeira vez na análise. Na sequência, Contexto Social (7,232), Ambiente de trabalho (6,375) e Saúde e Bem Estar (4,917), Empregabilidade (4,327) e Agravos Psicológicos (3,198) apresentam-se como outras temáticas responsáveis pela ligação entre os demais elos que compõem a rede. Juntas essas seis temáticas são capazes de conectar diversos temas que não se encontram diretamente ligados.

A Figura 6 mostra a rede de relações entre as temáticas. Observa-se uma alta densidade entre as relações, dado a forte interação com as temáticas centrais. No centro do mapa relacional identifica-se a representatividade da temática Contexto Socioeconômico, que tece uma intrincada rede de relações intermediada por temáticas como Políticas Públicas (2,867), Qualidade de Vida (1,592), Natureza do Trabalho (1,356) e Saúde Pública (1,259). Constatamos que a centralidade destas temáticas também é alta e elas desempenham o papel de "elo" e são benéficas para trocar informações e idéias com as partes mais periféricas da rede. Ainda que uma temática possua poucos contatos e estes sejam feitos com elos mais fracos, essa temática acaba por exercer um importante papel intermediário (Marteleto, 2001), assumindo a posição poderosa de controlar as informações e exercer maior influência na rede (Koohborfardhaghghi & Kim, 2012).

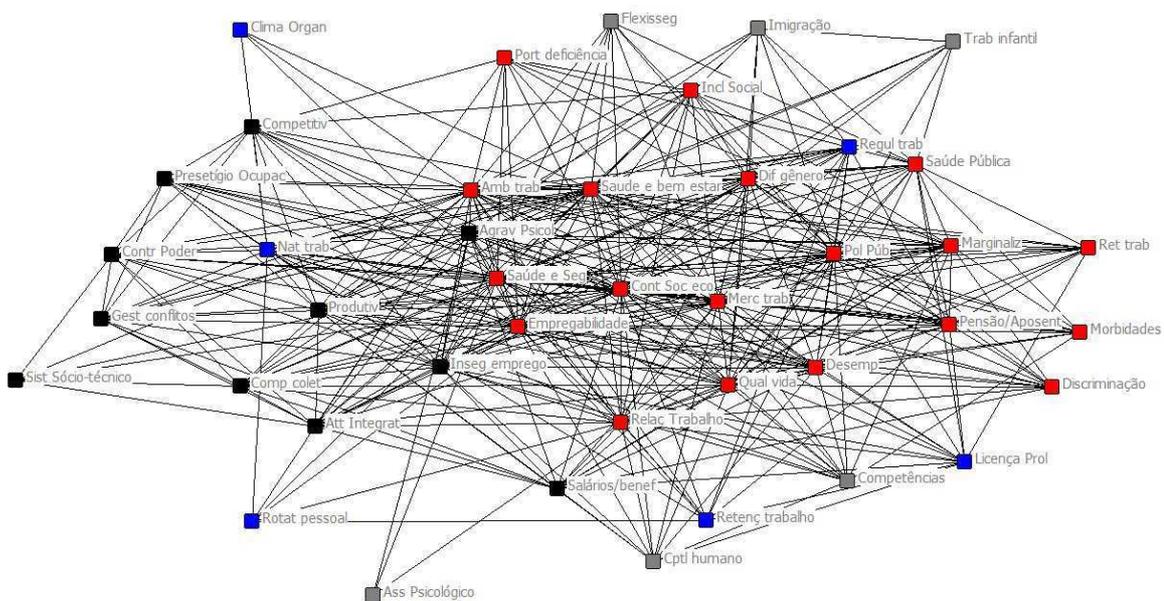


Figura 6. Mapa relacional e agrupamento de temáticas.

A rede de relações expressa na Figura 7 exibe quatro grupos de temáticas. O grupo 1 (Vermelho) apresenta-se como o de maior centralidade e congrega 18 temas, sejam: Contexto Socioeconômico, Mercado de trabalho, Desemprego, Empregabilidade, Saúde Pública, Saúde e Bem Estar, Qualidade de vida, Políticas Públicas, Morbidades, Saúde e Segurança, Ambiente trabalho, Retorno ao trabalho, Pensão/Aposentadoria, Relações de Trabalho, Diferenças de Gênero, Discriminação e Portadores de deficiência, Marginalização. O segundo grupo (Preto) elenca Comportamento coletivo, Prestígio Ocupacional, Sistema Sócio-técnico, Agravos Psicológicos, Competitividade, Produtividade, Controle e Poder, Insegurança no emprego, Salários/benefícios, Atitudes Integrativas e Gestão conflitos. O terceiro grupo (Cinza) reúne Imigração, Trabalho Infantil, Capital humano, Flexissegurança, Competências e Assédio Psicológico, já o quarto grupo (Azul) integra os temas Regulação do trabalho, Natureza do trabalho, Clima Organizacional, Rotatividade pessoal, Licença Prolongada, Retenção no trabalho.

Observa-se que temáticas periféricas como Sistema Sócio-Técnico, Licença Prolongada, Clima Organizacional e Trabalho Infantil, apresentam várias ligações intermediárias que acabam por colocá-las em meio às discussões centrais. Justificam-se tais relações ao observar que a maior parte das publicações enfatiza o caráter sócio-econômico e de bem estar do sujeito, requisitos essenciais para a composição e integração aos espaços de trabalho (Omokhodion, 2015&Alemi, et al. 2016).

5. DISCUSSÕES

A análise da produção científica internacional sobre Saúde Mental e Trabalho no período de 2012 a 2016 sinaliza a necessidade de construção de uma agenda de pesquisa que permita uma melhor compreensão dos problemas que permeiam esse fenômeno. Os resultados auferidos permitem proposições de agenda que envolve a pouca participação dos países do hemisfério sul em pesquisas voltadas para o tema, a possibilidade de mudança de paradigma nos estudos e a integração de pesquisas sob o olhar das diferentes áreas de conhecimento.

A concentração dos estudos sobre a temática em países da Europa e América do Norte não é discutível, dado a notória competência dos centros de pesquisa e dos profissionais desses locais. Contudo, observa-se uma participação muito tímida de estudos em países da Ásia, África e América do Sul. A problemática poderia ser mais bem trabalhada a partir do estreitamento das relações entre as Universidades e Centros de Pesquisa dos diferentes continentes, como as iniciativas de Caidi et al. (2014) e Fernandez et al. (2015). O que se verifica é uma grande quantidade de artigos onde os laços se dão apenas entre pesquisadores do mesmo continente (Torske et al, 2016; Aust et al, 2015 &Paljärvi et al, 2015).

Outra questão para agenda é a predominância da pesquisa quantitativa, muito orientada pela supremacia do paradigma funcionalista. A maioria dos estudos procura explicar a relação Saúde Mental e Trabalho apenas por meio de artefatos empíricos concretos, que possam ser identificados, estudados e medidos vislumbrando sempre soluções práticas (Burrell & Morgan, 1979). O desenvolvimento de pesquisas que se afastem do campo da regulação e avancem para uma mudança radical, podem levar a entender melhor a natureza do fenômeno ao nível da experiência subjetiva. Não se ignora que o crescimento dos estudos desse tipo demanda mudanças nos recursos e técnicas metodológicas, carecendo de fundamentações sólidas, pertinentes e muito bem elaboradas.

O diálogo entre as ciências também é algo que demanda uma agenda específica de pesquisa. Os artigos analisados são em sua maioria descritivos e se envolvem com as influências e efeitos da saúde mental no contexto socioeconômico. Contudo, vê-se pouca interação entre as áreas de conhecimento, não se identifica trabalhos realizados com profissionais de áreas distintas de conhecimento. Ao tratar a saúde mental no trabalho sob um corte transversal percebe-se que boa parte dos temas perpassam diferentes saberes, fato que justifica a necessidade de uma maior integração dos estudos. Holmes, Craske e Graybiel (2014) comentam que a desintegração das áreas acaba por prejudicar os estudos em saúde mental. De acordo com os autores os estudiosos raramente trabalham juntos, lêem revistas diferentes e conhecem muito pouco sobre as necessidades e descobertas de cada um, o que acaba por ampliar o fosso neste campo de estudos.

A área de administração, embora apresente número expressivo de trabalhos, ainda mantém a maior parte de suas temáticas em pontos muito periféricos da rede, veja os trabalhos voltados para clima organizacional, capital humano, rotatividade de pessoal e gestão de conflitos. Tal fato evidencia a necessidade de aprofundamento nos estudos nestes e em outros temas voltados para gestão organizacional e que integram a relação saúde mental e trabalho. Acredita-se que o aumento de pesquisas que examinem a temática de forma mais aprofundada, pode promover um melhor desempenho tanto para a organização, quanto para os

sujeitos nela envolvidos.

6. CONCLUSÕES

O objetivo desta pesquisa buscou identificar e discutir a produção científica internacional sobre saúde mental e trabalho nos últimos cinco anos, permitindo uma melhor apreciação do estado da arte sobre a temática. Os resultados do trabalho permitiram conhecer as características da produção no que se referem às origens dos pesquisadores, os principais periódicos de publicação, o aparato metodológico que fundamenta os estudos, as áreas de maior concentração, bem como as principais temáticas que sustentam as discussões na área.

Verificou-se que embora os periódicos de publicação se voltem para aspectos relacionados às ciências médicas, a temática central das discussões se orienta para aspectos econômicos sociais da questão. A preocupação dos estudos abarca temas que envolvem ambiente de trabalho, bem estar do sujeito, políticas públicas, empregabilidade, entre outros. A variedade de trabalhos permitiu perceber a preocupação iminente dos pesquisadores no trato da saúde mental, independente da dimensão do agravo. As orientações para a criação de políticas públicas parecem aludir para uma preocupação tanto com a qualidade de vida do sujeito, quanto com os resultados sociais e organizacionais.

A proposição de uma agenda de pesquisa internacional fomenta as discussões de forma integrada, por meio de parcerias institucionais e de profissionais de diferentes campos de conhecimento. Essa iniciativa pode superar os hiatos existentes nas relações de áreas, países e abordagens metodológicas. É eminente a necessidade do desenvolvimento de novos olhares sobre a relação saúde mental e os sentidos do trabalho. Contudo, é necessário enxergar a realidade sob diferentes lentes, sem, no entanto desperceber que existem diferentes formas de olhar.

No que tange às limitações do estudo, não foram tratados elementos como autores participantes, citações e países onde as pesquisas foram realizadas. Percebe-se ainda uma participação muito baixa de pesquisas ou pesquisadores nacionais abordando o tema. Talvez essa limitação esteja relacionada ao corte temporal ou de idioma proposto na busca, contudo a ocorrência da participação de apenas um autor brasileiro nos estudos relacionados acaba revelando um campo de pesquisa promissor.

Recomenda-se para estudos futuros ampliar as bases de dados, aumentando o número de artigos a serem analisados e incluindo possibilidades de identificação da produção científica sobre o tema nos países da América do Sul, África, Ásia e Oceania. Considerando a relevância dessa temática para as organizações, sugere-se a inclusão da mesma na pauta de pesquisas da área de recursos humanos ou edições especiais de periódicos. Embora os agravos psicológicos e as doenças psicossomáticas se apresentem cada vez mais presentes no cotidiano das organizações, as pesquisas sobre saúde do trabalhador ainda são tratadas de forma muito precária no campo da administração.

7. REFERENCIAS

- Alemi, Q., Stempel, C., Baek, K., Lares, L., Villa, P., Danis, D., & Montgomery, S. (2016). Impact of Postmigration Living Difficulties on the Mental Health of Afghan Migrants Residing in Istanbul. *International Journal of Population Research*, 2016.
- Amarante, P. (2007). *Saúde mental e atenção psicossocial*. SciELO-Editora Fiocruz.
- Arnejčič, B. (2016). Mobbing in Company: Levels and Typology. *Organizacija*, 49(4), 240-250
- Aust, B., Nielsen, M. B. D., Grundtvig, G., Buchardt, H. L., Ferm, L., Andersen, I., ... & Tverborgvik, T. (2015). Implementation of the Danish return-to-work program: process evaluation of a trial in 21 Danish municipalities. *Scandinavian journal of work, environment & health*, 41(6), 529-541.

- Bez, G. S., Faraco, R. Á., & Angeloni, M. T. (2011). Aplicação da técnica de análise de redes sociais em uma instituição de ensino superior. *Anais do Simpósio de Gestão da Inovação Tecnológica da Associação Nacional De Pós-Graduação E Pesquisa Em Administração*. Vitória, ES, Brasil, 26.
- Burrell, G, Morgan, G. *Sociological paradigms and organizational analysis*. London: Heinemann, 1979.
- Cadima, R., Ojeda, J., & Monguet, J. M. (2012). Social Networks and Performance in Distributed Learning Communities. *Educational Technology & Society*, 15(4), 296-304.
- Caidi, N., Komlodi, A., Abrao, A. L., & Martin-Hammond, A. (2014). Collectively figuring it out: Foreign-trained health professionals and labor market integration. *LIBRES: Library and Information Science Research Electronic Journal*, 24(2), 118.
- Camargo, D. A., & Neves, S. N. H. (2004) Transtornos mentais, saúde mental e trabalho. In: Guimarães, A., & Grubits, S. (2004). *Série saúde mental e trabalho* (Vol. 3). Casa do Psicol.
- Dawn, A. (2013). The Forbidden Social Crime of Child Labour: A Case Study of Its Existence in the City of Kolkata, West Bengal. *International Journal of Current Research and Review*, 5(24), 1.
- Dejours, C., Neto, M., & Ramos, G. A. (2012). Psicodinâmica do trabalho e teoria da sedução. *Psicologia em Estudo, Maringá*, 17(3), 363-371.
- Dejours, C. (2004). Subjetividade, trabalho e ação. *Revista produção*, 14(3), 27-34.
- Dias, M. O. L. S. (1983). Revolução Industrial e reformismo social na Inglaterra pré-vitoriana. *Revista de História*, (115), 47-59.
- Enshassi, A., & Al Swaity, E. (2015). Key Stressors Leading to Construction Professionals' Stress in the Gaza Strip, *Palestine. Journal of Construction in Developing Countries*, 20(2), 53.
- Fayol, H. (1994). Administração industrial e geral: previsão, organização, comando, coordenação, controle. 10ª. Editôra Atlas.
- Fernandez, C. A., Christ, S. L., LeBlanc, W. G., Arheart, K. L., Dietz, N. A., McCollister, K. E., ... & Lee, D. J. (2015). Effect of childhood victimization on occupational prestige and income trajectories. *PLoSone*, 10(2), e0115519.
- Ferreira, N. S. D. A. (2011). As Pesquisas Denominadas 'Estado da Arte'. 2002. *Revista Educação & Sociedade. ano XXIII*, (79).
- Frias Junior, C. A. D. S. (1999). *A saúde do trabalhador no Maranhão: uma visão atual e proposta de atuação* (Tese de Doutorado).
- Glina, D. M. R., Rocha, L. E., Batista, M. L., & Mendonça, M. G. V. (2001). Mental health and work: a discussion of the connection between work and diagnosis based on daily practice. *Cad Saúde Pública*, 17(3), 607-16.
- Han, B., Crosby, A. E., Ortega, L. A., Parks, S. E., Compton, W. M., & Gfroerer, J. (2016). Suicidal ideation, suicide attempt, and occupations among employed adults aged 18–64 years in the United States. *Comprehensive psychiatry*, 66, 176-186.
- Holmes, E., Craske, M., & Graybiel, A. (2014). A all for mental-health cience. *Nature*, 511(7509), 287.
- Holz, E. B. (2013). Clínicas do Trabalho: novas perspectivas para compreensão do Trabalho na Atualidade. *Revista de Administração Contemporânea*, 17(1), 126-130.
- Ianni, O. (1994). O mundo do trabalho. *São Paulo em Perspectiva* 8.1: 2-12.
- Koohborfardhighighi, S., & Kim, J. (2013). Using structural information for distributed recommendation in a social network. *Applied intelligence*, 38(2), 255-266.
- Leite Filho, G. A. (2008). Padrões de produtividade de autores em periódicos e congressos na área de contabilidade no Brasil: um estudo bibliométrico. *Revista de Administração Contemporânea*, 12(2), 533-554.

- Marteletto, R. M. (2001). Análise de redes sociais: aplicação nos estudos de transferência da informação. *Ciência da informação*, 30(1), 71-81.
- Minayo-Gomez, C., & da Fonseca Thedim-Costa, S. M. (1997). *A construção do campo da saúde do trabalhador: percurso e dilemas*. Esc. Nac. de Saúde Públ., Fundação Oswaldo Cruz.
- Morin, E. M. (2001). Os sentidos do trabalho. *Revista de administração de empresas*, 41(3).
- Noh, J. W., Kim, J., Park, J., Kim, H. J., & Kwon, Y. D. (2015). Gender difference in relationship between health-related quality of life and work status. *PloSone*, 10(12).
- Oliveira, S. R., Piccinini, V. C., & da Silva Silveira, C. (2010). O trabalho como representação: a visão dos jovens universitários. v12n28p171. *Ciencias da Administracao*, 12(28), 171-197.
- Oliver, A. L., & Ebers, M. (1998). Networking network studies: an analysis of conceptual configurations in the study of inter-organizational relationships. *Organization studies*, 19(4), 549-583.
- Omokhodion, F. O. (2015). School attendance and attitude to child labour: a comparison of in-school and out-of-school working children in southwest Nigeria. *Journal of Public Health*, 23(1), 63-67.
- Paljärvi, T., Martikainen, P., Pensola, T., Leinonen, T., Herttua, K., & Mäkelä, P. (2015). Life course trajectories of labour market participation among young adults who experienced severe alcohol-related health outcomes: a retrospective cohort study. *PloSone*, 10(5).
- Paparelli¹, R., Sato, L., & de Oliveira, F. (2011). A Saúde Mental relacionada ao trabalho e os desafios aos profissionais da saúde. *Rev. bras. Saúde ocup*, 36(123), 118-127.
- Pyörriä, P. (2007). Informal organizational culture: the foundation of knowledge workers' performance. *Journal of Knowledge Management*, 11(3), 16-30.
- Ramos, A. K., Su, D., Lander, L., & Rivera, R. (2015). Stress factors contributing to depression among Latino migrant farmworkers in Nebraska. *Journal of immigrant and minority health*, 17(6), 1627-1634.
- Sandra, N., & Ferreira, Norma Sandra A. As pesquisas denominadas “estado da arte”. *Educação & Sociedade*, ano XXIII, no 79, Agosto/2002..
- Sato, L., & Bernardo, M. H. (2005). Saúde mental e trabalho: os problemas que persistem. *Ciência & Saúde Coletiva*, 10(4), 869-878.
- Scott, M. (2015). Re-theorizing social network analysis and environmental governance Insights from human geography. *Progress in Human Geography*, 39(4), 449-463.
- Sui, G. Y., Hu, S., Sun, W., Wang, Y., Liu, L., Yang, X. S., & Wang, L. (2014). Prevalence and associated factors of depressive symptoms among Chinese male correctional officers. *International archives of occupational and environmental health*, 87(4), 387- 395.
- Tambellini, A. T., Porto, M. F. S., Galvão, L. A. C., & Machado, J. M. H. (1986). Política nacional de saúde do trabalhador: análises e perspectivas. In *I Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador*. Rio de Janeiro: AbrascoFiocruz.
- Taylor, F. W. (1990). *Princípios de Administração Científica*. 8ª ed. São Paulo: Atlas.
- Tolfo, S. D. R., & Piccinini, V. C. (2007). Sentidos e significados do trabalho: explorando conceitos, variáveis e estudos empíricos brasileiros. *Psicologia & sociedade*. São Paulo. Vol. 19, ed. esp. 1 (2007), p. 38-46.
- Torske, M. O., Bjørngaard, J. H., Hilt, B., Glasscock, D., & Krokstad, S. (2016). Farmers' mental health: A longitudinal sibling comparison—the HUNT study, Norway. *Scandinavian Journal of Work, Environment & Health*, 42(6), 547-556.
- Trindade, E. M. V., & Costa, L. F. (2009). A crise da ciência Moderna na Psicologia: reflexões sobre outras Saídas históricas, tais como a ‘Epistemologia Qualitativa’. *Comun. ciênc. saúde*, 20(2), 167-174.
- Vasconcelos, A., & de Faria, J. H. (2009). Saúde mental no trabalho: contradições e limites.

Revista Psicologia & Sociedade, 20(3).

- Vianna, S. (1991). O trabalho até a idade moderna. In: Sussekind, A., Maranhão, D. Vianna, S. *Instituições de Direito do Trabalho*. 11. ed. São Paulo. Ltr, 1991. vol. 1.
- Wal, A. L., & Boschma, R. A. (2009). Applying social network analysis in economic geography: framing some key analytic issues. *The Annals of Regional Science*, 43(3), 739-756.